



Aprovada MP que reduz preço da energia elétrica

Medida provisória que renova concessões do setor elétrico por até 30 anos, em troca da redução no valor das contas de luz em até 20% a partir de 2013, foi acatada ontem pelo Plenário do Senado e segue para sanção presidencial

A oposição protestou contra a falta de debate e a velocidade com que a MP entrou na pauta de votações do Plenário do Senado pouco depois de passar pela Câmara. Também tentou ampliar a redução prevista

no texto por meio da desoneração tributária sobre a conta de luz. Mas emenda nesse sentido foi rejeitada pela maioria governista. Caso fosse feita a alteração, a proposta retornaria à Câmara, adiando sua entrada em vigor. **5**



Presidente do Senado, José Sarney (C), ressalta que a Casa tinha conhecimento do texto e que a velocidade para apreciação da MP se deve à relevância da proposta

Além do bafômetro, Lei Seca aceitará vídeo como prova de embriaguez **6**

País terá nova política de incentivo à irrigação na agricultura **6**

Vai à sanção reajuste salarial de professor federal e de outras categorias **5**

Projeto prevê incentivo fiscal a quem investe em reflorestamento **8**

Kukina tem indicação aprovada e será novo ministro do STJ **3**

Congresso pode limpar a pauta de vetos hoje

O Congresso se reúne hoje, ao meio-dia, para analisar 3.060 vetos presidenciais referentes a 209 projetos. A votação deve ocorrer em bloco e viabilizar o exame do veto parcial da presidente Dilma Rousseff à lei

sobre a partilha dos royalties do petróleo. A votação atende uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, determinando que a apreciação dos vetos deve ter primazia sobre outros projetos da pauta. **4**



O relator da CPI, Odair Cunha, conversa com senadores e deputados integrantes da comissão: relatório final rejeitado

CPI do Cachoeira termina sem indiciamentos

O relatório final da CPI do Cachoeira, do deputado Odair Cunha, foi rejeitado. Em seu lugar, foi aprovado voto em separado

que não pede indiciamento de suspeitos, apenas encaminha o material da CPI ao Ministério Público e à Polícia Federal. **3**

Mulher vítima de violência poderá receber auxílio mensal

De acordo com proposta aprovada na CAE e que vai para a Câmara, Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas

pagará pelo menos R\$ 622 mensais, por um ano, a vítimas. Dinheiro do fundo financiará outros programas. **7**



Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Valdir Raupp e Francisco Dornelles

Senado quer saber sobre passaporte de Rosemary **2**

Proposta dá juros menores à agricultura sustentável **8**

Impasse atrasa votação do Orçamento em comissão **5**



Coordenada por Sarney (C), Comissão Diretora aprova requerimento de informação ao secretário-geral da Presidência

Senado quer saber razão do passaporte de Rosemary

Ministro será chamado a explicar quem autorizou documento diplomático para ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo, indiciada pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro

A MESA DO Senado aprovou ontem pedido de informações ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, sobre as atividades do gabinete regional da Presidência em São Paulo. O autor do requerimento, Mário Couto (PSDB-PA), quer saber quem solicitou e quem autorizou o passaporte diplomático de Rosemary Nóvoa de Noronha, ex-chefe do gabinete que foi afastada após ser indiciada pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro.

Na justificativa, Couto explica que o pedido foi motivado por reportagem publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 27 de novembro, intitulada

“Ex-assessora de Lula indiciada pela PF teve passaporte especial”. O texto mostrava que Rosemary acompanhou o ex-presidente Lula em diversas viagens internacionais durante seu mandato.

Gestão ambiental

Outro requerimento aprovado trata do pedido de informações à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e ao ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella. Os membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que fez o requerimento de informações, querem saber o andamento de determinações do Tribunal

de Contas da União (TCU) acerca de medidas de aprimoramento da gestão ambiental do governo.

O primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), informou que o relatório sobre a reforma administrativa do Senado foi distribuído entre os membros da Comissão Diretora da Casa. Cícero disse que a ideia do relator, Ciro Nogueira (PP-PI), é que todos tomem conhecimento do teor do documento, que trata de um assunto extenso e complexo, segundo ele. A próxima reunião da Mesa está prevista para 31 de janeiro.

— Após a decisão da Mesa, o documento segue para o Plenário — explicou Cícero.

Collor anuncia representação contra procurador-geral

Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Fernando Collor (PTB-AL) acusou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de desdenhar do Senado ao faltar à reunião da comissão ontem. O senador disse que enviou ao presidente do Senado, José Sarney, representação contra Gurgel por prevaricação.

O procurador deveria esclarecer a integração das atividades de inteligência com o papel do Ministério Público e da Polícia Federal, mas alegou “compromissos inadiáveis”. Collor o acusa de “atender a interesses pessoais”.



Edmar Arruda, Hage, Rollemberg e Augusto Nardes participam da cerimônia

Assinado acordo para atualização dos portais de fiscalização da Copa do Mundo

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara e a Controladoria-Geral da União (CGU) assinaram ontem acordos de cooperação técnica para alimentação unificada de dados dos portais criados por essas entidades para fiscalizar os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), explicou que os acordos vêm sendo discutidos há meses, a partir da demanda dos gestores das cidades e estados-sede.

— Até aqui, eles tinham que alimentar dois diferentes sistemas de informação. Isso gerava

duplicidade de trabalho, incompatibilidades, erros. Agora a população terá informações mais consistentes e atualizadas — disse o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage.

Para garantir a transparência e o controle dos recursos federais, Senado e Câmara criaram o portal Copa Transparente (www.copatransparente.gov.br), e a CGU mantém o Portal da Transparência. Os acordos preveem intercâmbio de informações sobre obras, compras e serviços realizados ou financiados com recursos federais, além de interfaces compartilhadas para alimentação mútua dos sites. O acesso à entrada de dados unificada se dará por meio do Copa Transparente.

Sistema de proteção à mulher está sucateado, adverte Ana Rita

Ana Rita (PT-ES) apontou em discurso ontem o sucateamento dos mecanismos de combate à violência contra a mulher no país. Relatora da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o tema, ela anunciou para março de 2013 a apresentação de seu parecer.

A senadora disse que, apesar dos recursos empregados pelo governo federal, a maior parte das delegacias especializadas está em péssimas condições físicas, com escassez de recursos humanos, e as casas que servem de abrigo contra a violência estão deterioradas.

Ao longo de 10 meses, a CPI visitou 17 estados e o Distrito Federal, realizando diligências em delegacias, promotorias de Justiça, defensorias públicas, casas-abrigo e estabelecimentos prisionais femininos, entre outros.

Segundo Ana Rita, a CPI elegeu como locais de audiências públicas os estados cujas taxas de homicídio são as mais elevadas do país. Além do DF, foram realizados debates em 13 estados, em todas as regiões, o que permitirá, de acordo com a senadora, traçar um diagnóstico mais abrangente da condição feminina no Brasil.



Ana Rita prevê relatório para março

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Regime especial de precatório

14h A proposta de emenda à Constituição (PEC 63/11) que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatório até 31 de dezembro está entre os itens da pauta.

PRESIDÊNCIA Ordem do Congresso Nacional

10h O senador José Sarney preside cerimônia de entrega da Ordem do Congresso Nacional. Às 11h30, recebe o ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça. Às 12h, o embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko. Às 16h, preside a ordem do dia.

CONGRESSO Vetos presidenciais

12h Sessão do Congresso poderá examinar pauta com vetos presidenciais.

CCT Lei Geral das Antenas

9h Comissão examina o projeto que proíbe as empresas de cartões de crédito de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via internet. Será votado também, em turno suplementar, o projeto da Lei Geral das Antenas, que estabelece normas gerais para a instalação de infraestrutura de telecomunicações no país.

CAS Análise do Ato Médico

9h Em exame na Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo da Câmara a projeto que trata do exercício da medicina, o chamado Ato Médico.

CMO Relatório final do Orçamento 2013

10h/14h30/18h/20h Reuniões da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, em que poderá ser votado o relatório final da proposta orçamentária para 2013.

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS Apresentação de relatório final

10h30 A comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas se reúne para apresentação do relatório final.

CDR Fundos de participação dos estados e dos municípios

14h Entre os itens na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, estão projetos tramitando em conjunto que alteram as regras de partilha do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

CI Custo da energia elétrica

14h A pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura inclui projeto sobre a vigência e a forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo do serviço e ampliar a competitividade do produto nacional.

CMMC Prorrogação do Protocolo de Kyoto

14h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas avalia os temas da COP-18, como a prorrogação do Protocolo de Kyoto e a legislação sobre pagamento por serviços ambientais. Em seguida, votação do relatório final da comissão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 12h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão conjunta do Congresso Nacional**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Fernando Collor acusa Roberto Gurgel de desdenhar do Senado



Na reunião da CPI, os deputados Onyx Lorenzoni, Domingos Sávio, Luiz Pitiman e Carlos Sampaio e o senador Cyro Miranda

CPI do Cachoeira termina sem pedir indiciamentos

Parlamentares da comissão rejeitaram relatório final de Odair Cunha; no lugar, aprovaram um voto em separado que apenas determina envio do material apurado ao Ministério Público e à Polícia Federal

APÓS OITO MESES de trabalho, a CPI do Cachoeira foi encerrada sem apontar pessoas envolvidas no esquema de corrupção de Carlinhos Cachoeira. O relatório final do deputado Odair Cunha (PT-MG) foi derrotado ontem por 18 votos a 16.

No lugar do texto de Odair, o documento oficial da CPI serão as duas páginas do voto em separado do deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), aprovado por 21 votos a 7. A alternativa de Pitiman não pede a responsabilização de ninguém. Apenas determina o compartilhamento de todo o material da CPI com o Ministério Público e a Polícia Federal — inclusive sigilos bancários, fiscais, telefônicos e de dados.

Há algumas semanas, o relator, Odair Cunha, havia tentado aprovar seu texto retirando os pedidos de investigação do procurador-geral da República,

Roberto Gurgel, e de indiciamento de jornalistas. Ainda assim, Odair não conseguiu apoio da maioria da CPI.

O relator manteve acusações contra o governador de Goiás, Marconi Perillo, e o dono da construtora Delta, Fernando Cavendish. O relatório dele concluiu pela acusação de 41 pessoas. Todas, em sua visão, têm ou tiveram relação com o esquema ilegal de Cachoeira, suspeito de comandar uma quadrilha ligada à exploração de jogos ilegais, envolvendo grupos privados e autoridades públicas.

Antes da votação, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o relator usou um peso e duas medidas ao responsabilizar só o governador Marconi Perillo, do PSDB, e se utilizou de uma “blindagem” para favorecer o governo federal:

— Não avançamos no

essencial. A CPI termina onde deveria começar. Detectamos 18 empresas que receberam R\$ 421 milhões de origem ilícita. Por que não houve essa investigação? A blindagem se estabeleceu para que o desgaste não atingisse o governo.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), mesmo com restrições ao texto de Odair, considerou melhor aprovar o relatório do que deixar a CPI sem uma conclusão oficial.

— Tenho minhas críticas, mas a CPI precisa apresentar um relatório. É insuficiente, mas, pelo menos, responsabiliza Cavendish, dono da Delta. Isso vai para o MPF, que pode ir além. Não é um relatório perfeito, mas será luz de lamparina na noite da impunidade existente no Brasil — afirmou ele, que criticou a presença ontem de parlamentares que nunca apareceram na comissão.

Resultado foi “pizza geral”, critica relator

O relator da CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha, disse que a comissão terminou numa “pizza geral”.

Para ele, seu relatório foi derrotado por uma “blindagem” feita em torno do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e da empreiteira Delta.

— Queriam que eu tirasse questões elementares do texto. Não aceitei e fomos derrotados.

Odair criticou o texto paralelo do deputado Luiz Pitiman, aprovado na CPI:

— O relatório aprovado é um nada. Leva nada a lugar nenhum, pois o compartilhamento de dados já havia sido decidido no início da reunião.

Segundo o senador Randolfe Rodrigues, a derrota do texto de Odair foi tramada numa “conspiração da madrugada”, que resultou em conchavos, em mudanças de voto na presença de parlamentares que nunca compareceram a reunião da CPI.

— Hoje ficará na história

como o dia da infâmia. O dia em que o Congresso protagonizou uma das maiores vergonhas de sua existência.

Para o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), o Congresso “fez uma presepada, com meses de trabalho e dinheiro público jogados fora”.

Pitiman negou que a CPI tenha terminado em pizza. Ele disse que o Ministério Público e a Polícia Federal, sem influências políticas, poderão continuar as investigações.

Corruptos foram protegidos, diz Alvaro

Alvaro Dias classificou de melancólico o fim da CPI. Segundo ele, o PSDB votou contra o relatório porque o considerou injusto e insuficiente. Ele disse que “blindaram corruptos do esquema” e que a CPI “choveu no molhado”. O senador refutou a acusação de que o PSDB foi o culpado pelo resultado,

alegando que o partido tinha só quatro integrantes, uma minoria incapaz de promover alteração.

O voto em separado apresentado pelo PSDB — que, por causa da aprovação do texto do deputado Luiz Pitiman, não chegou a ser analisado — será encaminhado ao Ministério Público.

Kukina será novo ministro do Superior Tribunal de Justiça

O Plenário aprovou, com 58 votos a favor e 5 contrários, a indicação de Sérgio Luiz Kukina para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele ocupará vaga do Ministério Público, em decorrência da aposentadoria de Hamilton Carvalhido. Procurador de

Justiça, Kukina havia sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 29 de novembro. Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da indicação (MSF 100/12) na CCJ, Kukina tem os preceitos exigidos para o cargo.

Senado aceita indicação do governo para Ancine

O Plenário aprovou, com 57 votos favoráveis e 7 contrários, a indicação da advogada Rosana dos Santos Alcântara para a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Atual superintendente-executiva da agência, Rosana foi sabatinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no último dia 11. O senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator da indicação (MSF 102/12) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), destacou a experiência da advogada no setor.

Plenário aprova embaixadores na Alemanha e na ONU

Dois embaixadores foram aprovados ontem pelo Plenário. Maria Luiza Viotti vai assumir a representação brasileira na Alemanha, e Luiz Alberto Figueiredo Machado vai se tornar representante permanente na ONU. José Agripino (DEM-RN) disse que considera Maria Luiza uma das “cardeais do Itamaraty”. Machado é subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e foi um dos negociadores brasileiros na conferência na Rio+20.

APROVADAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO PARA 4 ESTADOS

O Senado aprovou autorização de crédito externo para Bahia, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul. O primeiro item autoriza operação de até US\$ 600 milhões entre a Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para Santa Catarina foram aprovadas operações de crédito externo entre o estado e o Bank of America e com o BID. Para o Ceará, a operação é com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida). No Rio Grande do Sul, o crédito do BID será de US\$ 200 milhões.

VAI À SANÇÃO CRIAÇÃO DE VAGAS NO TRT CAPIXABA

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou na noite de ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/12, que prevê a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão para o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, com jurisdição no estado do Espírito Santo.

Pelo projeto, serão criados 2 cargos em comissão e 20 cargos efetivos de analista judiciário, na área de tecnologia da informação. O texto segue agora para a sanção presidencial.

PROJETO TRANSFORMA CARGOS DE JUIZ NO DISTRITO FEDERAL

Segue para sanção o PLC 128/12, aprovado ontem pelo Senado, que transforma dez cargos de juiz de Direito em dez cargos de juiz de Direito substituto de 2º grau, no quadro permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A proposta também transforma nove cargos de juiz de Direito dos territórios em nove cargos de juiz de Direito substituto. Os cargos de juiz de Direito substituto serão providos por concurso de remoção, observados os critérios de antiguidade e merecimento.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA TERÁ 90 NOVOS CARGOS

Por meio de votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou na noite de ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/11, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão nos órgãos da Presidência da República.

Pelo projeto, serão criados 90 cargos de direção e assessoramento superiores (DAS) e 8 gratificações por exercício em cargos de confiança. A proposta segue agora para sanção presidencial.

PLANO DE CARREIRA DO TCU PREVÊ PROGRESSÃO SALARIAL

O plano de carreira dos servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado ontem pelo Senado, prevê progressão salarial de algumas carreiras para 2013, 2014 e 2015. A remuneração dos servidores efetivos é composta por vencimento e gratificação de desempenho e gratificação de controle externo. O aumento contempla auditores federais, técnicos e auxiliares de controle externo e da área administrativa. Como já foi votado pela Câmara, o projeto segue para a sanção presidencial.

RONALDO CUNHA LIMA DARÁ NOME A PRÉDIO DO INTERLEGIS

O Plenário aprovou duas homenagens. A primeira (PRS 50/12) denomina de “Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima” o espaço do Programa Interlegis. José Agripino (DEM-RN), autor da proposta, afirmou tratar-se de um reconhecimento à “indiscutível importância” do ex-senador, morto em julho. Já o PRS 56/11, de José Sarney (PMDB-AP), batiza de “Gelda Lyra Nascimento” as dependências da Secretaria de Taquigrafia. Para Sarney, a servidora, falecida em 1991, contribuiu para “a valorização da atividade”.





Em razão do impasse em torno dos vetos presidenciais, a vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas, suspendeu a sessão de ontem sem votações

Congresso deve examinar mais de 3 mil vetos e definir royalties hoje

Wellington disse que, para derrubar o veto sobre recursos do petróleo, parlamentares estão dispostos a manter os outros como “formalidade”

FOI CONFIRMADA A convocação do Congresso para reunião hoje, ao meio-dia, com objetivo de votar 3.060 vetos presidenciais (referentes a 209 projetos) à espera de análise, e viabilizar o exame do veto parcial da presidente Dilma Rousseff à lei sobre a partilha dos royalties do petróleo.

Os vetos serão analisados ao mesmo tempo. Cada deputado e senador receberá um impresso com todos eles, podendo assinalar as opções “sim” (concordando com o veto), “não”,

ou “abstenção”. Poderá ainda deixar em branco. O resultado para cada veto independe dos demais, não importando a posição do dispositivo na fila, explicou a Coordenação da Mesa do Congresso.

Wellington Dias (PT-PI) disse acreditar que a maioria dos deputados e senadores — por ser contrária ao veto à Lei dos Royalties — está disposta a manter os 2.820 vetos relativos a outros projetos, como mera formalidade para facilitar o exame e a derrubada dos 140

dispositivos suprimidos do projeto dos royalties.

No entender do senador, a criação de uma única comissão mista para análise conjunta dos vetos está amparada regimentalmente. No entanto, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse acreditar ser necessário um colegiado para cada veto. O prazo para funcionamento de comissões sobre os vetos mais antigos já se extinguiu, o que complica a questão. O essencial, segundo Wellington, é que o Congresso cumpra a determinação de

liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) de limpar a pauta de vetos.

A sessão do Congresso de ontem à noite, que seria destinada ao exame de 32 projetos que abrem crédito extraordinário no Orçamento em vigor, não foi realizada. A primeira-vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que a apreciação dos vetos, que ocorrerá hoje, deve ter primazia sobre outros projetos da pauta e encerrou a sessão.

Advogados do Senado apresentam recurso no STF para derrubar liminar

A Mesa do Congresso, por meio da Advocacia-Geral do Senado, apresentou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso para tentar derrubar a liminar concedida pelo ministro Luiz Fux que suspendeu a urgência da votação do veto presidencial sobre a redistribuição dos royalties do petróleo.

O recurso protocolado ontem é autorizado tanto pela Resolução do Senado 9/97 quanto pelo Ato da Comissão Diretora 5/08.

Lindbergh diz que RJ e ES farão questionamentos regimentais na sessão

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a bancada de parlamentares dos estados produtores de petróleo já prepara os questionamentos regimentais a serem feitos na sessão do Congresso Nacional de hoje, caso haja realmente a tentativa de votar, em uma só sessão, os 3.060 vetos presidenciais da pauta. A estratégia dos representantes do Rio e do Espírito Santo é impedir a votação que pode derrubar o veto da presidente Dilma à Lei dos Royalties.

Casildo Maldaner defende votação do veto à Lei dos Royalties ainda neste ano



Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu uma decisão a respeito da questão dos royalties ainda neste ano. Para ele, a análise do veto parcial da presidente Dilma é um “clamor nacional”, que deve ter uma resposta urgente.

— Esperamos que até amanhã [hoje], respeitando os poderes, tomemos uma decisão, que é uma expectativa do Brasil, da comunidade nacional e de todos os estados e municípios.

Casildo disse ter esperança de que o recurso apresentado pelo Senado contra a decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux que impede a votação do veto pelo Congresso tenha êxito.

Eduardo Lopes quer anulação de sessão que aprovou urgência para vetos dos royalties



Eduardo Lopes (PRB-RJ) pediu a anulação da sessão do Congresso em que foi aprovado o requerimento de urgência para a apreciação dos vetos da presidente Dilma à Lei dos Royalties.

Segundo o senador, a decisão do ministro Luiz Fux, do STF, que obriga a apreciação dos mais de 3 mil vetos parados no Congresso evidencia o desrespeito aos regimentos internos do Parlamento e à Constituição durante a votação do pedido de urgência.

— A sessão do Congresso passou por cima da Constituição e do regimento e, por isso, a votação deveria ser anulada. Deveria se fazer uma nova votação.

Vanessa Grazziotin lamenta decisão de ministro do STF sobre veto dos royalties



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o Senado e o país foram surpreendidos pela decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que na segunda-feira concedeu medida cautelar para anular a aprovação de requerimento de urgência para a análise do veto parcial à lei que redistribui os royalties do petróleo.

A senadora reconheceu que a sessão do Congresso em que se aprovou a urgência foi confusa, mas disse que não houve quebra da legislação.

— Houve uma ampla maioria [de votos] tanto na Câmara quanto no Senado — afirmou.

Projeto gera polêmica entre artistas

O PLS 129/12, que muda as regras de arrecadação dos direitos autorais e interfere no funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), mantém o regime de urgência apesar de polêmica entre artistas. O projeto é resultado da CPI que investigou a atuação do Ecad.

Dia 4, os músicos Danilo Caymmi, Sandra de Sá, Jair Rodrigues, Zezé Motta e outros pediram a retirada da

urgência, fazendo a votação ficar para o ano que vem. Outro grupo de compositores, como Ivan Lins, Tim Rescala e Frejat esteve no Senado dia 11 para pedir urgência e votação em Plenário.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que presidiu a CPI, diz que o projeto democratiza o modelo de direito autoral. Ana Rita (PT-ES) defendeu a votação pelo Plenário por entender que essa é uma reivindicação dos artistas.

Painéis mostram feitos de Sarney

Foi inaugurada ontem a exposição *Modernidade no Senado Federal — presidências de José Sarney*, que registra os avanços alcançados nos quatro mandatos em que José Sarney esteve à frente da Mesa do Senado.

— Minha preocupação sempre foi a modernização — disse Sarney, agradecendo aos funcionários da Casa pela parceria que permitiu as realizações que estão expostas na Biblioteca Acadêmico

Luiz Viana Filho.

No tom de despedida que tem marcado seus discursos, Sarney afirmou:

— Temos que nos preocupar em olhar para o futuro. Como diria o padre Vieira, eu tenho saudade do futuro.

Setenta e seis painéis resumem os quatro biênios de Sarney na Presidência do Senado (1995—1997, 2003—2005, 2009—2011 e 2011—2013). Os painéis ficarão expostos até 25 de janeiro.



Presidente do Senado, Sarney recebe os compositores Danilo Caymmi e Antônio Carlos Bigonha



Flexa Ribeiro, Zezé Perrela, Ana Amélia, Francisco Dornelles, João Costa e diretores do Senado



Texto que passou sem emendas pelo Plenário também trata da renovação de concessões para empresas do setor elétrico

Senado aprova MP que reduz preço da energia

Proposta diminui em até 20% o valor das contas de luz e segue à sanção presidencial. Mesmo favoráveis à redução, opositores disseram que ela poderia ser ainda maior e que faltou debate com o Congresso

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que trata da renovação de concessões de empresas de eletricidade em troca da redução de até 20% no preço da energia elétrica. A oposição esperava redução ainda maior por meio de isenções do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Porém, o destaque que apresentou nesse sentido foi rejeitado.

O relator do projeto — PLV 30/12, derivado da Medida Provisória 579/12 —, Renan Calheiros (PMDB-AL), argumentou que os estados devem cumprir sua parte na desoneração. Ele chamou a atenção para estados que cobram 30% de ICMS sobre a energia. Mesmo assim, o senador foi contra a aprovação de destaques que fariam a proposta voltar à Câmara, adiando a redução nas contas de luz.

A inclusão do texto nas votações de ontem foi criticada

pelo DEM e pelo PSDB. Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o texto entrou na pauta do Senado logo depois da votação dos destaques na Câmara, sem tempo hábil para análise.

— Cinco minutos depois da aprovação na Câmara, a medida estava sendo lida no Senado. Nem Ayrton Senna nos melhores tempos — disse.

Aécio Neves (PSDB-MG) manifestou apoio à redução nas tarifas, mas condenou o “intervencionismo” do governo federal no setor elétrico e a exploração política da questão. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também criticou o governo por não ampliar o debate com o Congresso.

Por sua vez, o presidente do Senado, José Sarney, argumentou com os opositores que a Casa participou da comissão que analisou a matéria e, por isso, tinha conhecimento do conteúdo. Disse que a Mesa não violou a vontade das lideranças e que a pressa deve-se à relevância da proposta.

As críticas da oposição continuaram, porém, com Cássio

Cunha Lima (PSDB-PB), que classificou a MP como “populista e aproveitadora”.

José Agripino (DEM-RN) lembrou que, na campanha presidencial de 2010, Dilma prometeu que zeraria PIS, Pasep e Cofins de saneamento, transporte e energia elétrica. E Mário Couto (PSDB-PA) declarou que a presidente “mentiu à nação”.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse esperar que providências semelhantes às do setor elétrico sejam adotadas pelo governo em outras áreas.

Do lado governista, Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a economia a ser feita pelo setor produtivo vai ampliar a base tributária e compensará perdas de arrecadação pelos estados. Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a timidez da MP sobre os investidores do setor. Ele disse que os acionistas deveriam aceitar redução nos lucros e sugeriu a criação de uma empresa pública para cuidar das empresas que não renovem os contratos.

Impasse sobre piso de gastos da saúde atrasa votação do Orçamento

Um impasse na Comissão Mista de Orçamento (CMO) atrasou a votação do relatório final da proposta orçamentária de 2013. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) criticaram alterações feitas pelo relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), na área de saúde.

Jucá reincluiu, entre os itens do piso constitucional de gastos com saúde, uma série de despesas que haviam sido excluídas por Flexa Ribeiro, relator setorial da área.

Mandetta e Flexa argumentam que as despesas reinseridas não podem fazer parte do piso, pois não estão definidas na Lei Complementar 141/12, que regulamenta a Emenda Constitucional 29/00 e exige dos governos federal, estaduais e municipais gastos mínimos em saúde.

— Se for aprovada essa flexibilização, há risco de a União abrir um precedente que acabe por liquidar a Lei Complementar 141/12 — alertou Mandetta.

Jucá, no entanto, disse que reinseriu os itens no piso para, entre outros objetivos, ampliar hospitais universitários, construir fábricas de hemoderivados e prever gastos com saneamento em pequenas localidades.

— Não dá para entender as críticas — disse.

Ontem à noite, Jucá iniciou a apresentação do relatório e ressaltou que alguns itens ainda podem ser alterados, como é o caso dos recursos para o fundo partidário. O presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), convocou quatro reuniões para hoje, a partir das 10h.

Repasses

Devido a indícios de irregularidades graves, a CMO vai recomendar que o governo federal suspenda os repasses a três empreendimentos: a Avenida Marginal Leste (Controle de Enchentes do Rio Poty), em Teresina; a conclusão das obras do Complexo Viário Baquirivu, em Guarulhos (SP); e a construção da Barragem do Rio Arraias, no Tocantins.

A recomendação foi definida após a CMO aprovar o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), que analisou informações do Tribunal de Contas da União (TCU) apontando indícios de irregularidades em várias obras financiadas com recursos da União. O relatório do COI será incorporado ao texto final da proposta orçamentária.



Reunião de líderes na CMO: comissão deve votar hoje o relatório de Jucá

Plenário acata reajuste de até 40% para professores federais

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 121/12) que reestrutura o plano de carreira e cargos do magistério federal. O texto segue para sanção. Haverá

reajustes de 25% a 40% em relação a março deste ano, em três parcelas: 40% em 2013, 30% em 2014 e 30% em 2015. O texto antecipa de julho para março a vigência dos reajustes.

O maior aumento — de 40% — irá para professor universitário titular com dedicação exclusiva, elevando o salário de R\$ 12.200 para R\$ 17 mil. A proposta também reúne

em um único plano carreiras de magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico. Hoje há dois planos.

O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou que o

projeto faz justiça aos profissionais. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) registrou que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior se opõe ao projeto.

Vai à sanção aumento para várias carreiras do Poder Executivo

O Plenário aprovou projeto que prevê aumento de 15% na remuneração de várias carreiras do Executivo, dividido em reajustes de 5% ao ano até 2015. O PLC 127/12 segue agora para sanção. Também foi aprovado o PLC 104/12, que cria o quadro de oficiais de apoio no Comando da Aeronáutica.

Projeto eleva salário do Procurador-geral da República em 2013

Os senadores aprovaram ontem em Plenário o projeto que eleva o subsídio do procurador-geral da República de R\$ 26.723,13 para R\$ 28.059,29 a partir de 1º de janeiro de 2013 (PLC 119/12). O projeto de lei aprovado agora vai para a sanção da presidente da República.

Plenário ratifica subsídio maior para ministros do STF

O Senado aprovou projeto (PLC 120/12) que aumenta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passa de R\$ 26.723 para R\$ 28.059, a partir de 1º de janeiro de 2013. O valor representará o novo teto para os servidores públicos. A matéria vai para a sanção.

Mudança na gratificação de servidor do Judiciário

Projeto que altera o percentual de gratificação dos servidores do Poder Judiciário, de 50%, incidente sobre o vencimento básico dos servidores, para 90%, foi aprovado em Plenário. O PLC 125/12 também altera a remuneração dos servidores investidos em cargos em comissão.

Ministério Público terá ganho salarial de 26,66% em 3 anos

O Senado aprovou ontem o PLC 124/12, que reajusta os salários dos servidores do Ministério Público da União (MPU) em 26,66% em três anos. O projeto vai a sanção. O texto também prevê aumento da Gratificação de Atividade do MPU e adicionais de qualificação de 3% a 12,5%.

Senado aprova 15% a mais para civis e 30% para militares federais

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei (PLC 122/12) que prevê reajuste nos salários de servidores civis federais e também nos soldos dos militares. A regra geral de aumento é de cerca de 15% para os civis e 30% para os militares, parcelados em três anos.

Punição para motorista bêbado fica mais rigorosa

Projeto, que vai para sanção, impõe multa de R\$ 1.915 e permite uso de vídeo e foto como prova

O PLENÁRIO APROVOU o projeto que torna mais rigorosa a legislação que pune motoristas alcoolizados (PLC 27/12). O projeto, que vai para sanção, prevê aumento da multa e apreensão da habilitação.

Com a proposta, a multa para quem for pego dirigindo bêbado será de R\$ 1.915,40 e será aplicada em dobro em caso de reincidência. A proposta admite meios de prova além do bafômetro, como foto e vídeo.

O texto aprovado representa mudança em relação ao relatório original do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que estabelecia "tolerância zero" para associação entre álcool e direção. Durante análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a comissão seguiu o voto do relator ad hoc, Eduardo Braga (PMDB-AM), que considerou a solução encontrada para desestimular o uso de álcool ao volante "a

possível neste momento". Braga lembrou que a adoção de maior rigor na punição de motoristas alcoolizados já constava do PLS 48/11, apresentado por Ferraço e que foi rejeitado pela Câmara.

— O que faremos diante desse impasse? Insistiremos numa posição polêmica, não consensual? Ou transformaremos logo em lei uma medida razoável, efetivando desde já mecanismos concretos para o combate aos acidentes?



Gim fala na sessão em que Delcídio do Amaral (C) apresentou novo relatório

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ganha novo relatório

A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 581/12, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), recebeu ontem novo relatório do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), com alterações. Delcídio havia apresentado uma primeira versão no dia 12, mas os parlamentares pediram vista coletiva. A votação será hoje.

A primeira mudança foi a inclusão do FDCO na Lei 12.712/12, que trata do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A intenção é uniformizar o tratamento dos três fundos, reunindo-os em um só marco legal.

Já os artigos 7º e 8º, incluídos por sugestão dos senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), estendem ao Centro-Oeste os incentivos fiscais oferecidos até 2018 às Regiões Norte e Nordeste na MP 2.199-14/01. O artigo 9º, também sugestão de Rollemberg e Moka, dá poder aos conselhos deliberativos dos fundos para definir o montante de cada um dos fundos a ser repassado às instituições financeiras autorizadas a operar esses financiamentos.

Hoje a liberação de crédito é centralizada no Banco do Brasil. A autorização para outras instituições e cooperativas também é proposta no relatório.

Agricultura terá nova Política Nacional de Irrigação

Após 17 anos de discussão no Congresso, os senadores concluíram a aprovação do substitutivo da Câmara ao projeto que institui os princípios de uma nova Política Nacional de Irrigação. A matéria (PLS 229/95) vai à sanção.

A nova política visa garantir a concessão de incentivos financeiros para a ampliação

da área irrigada no Brasil e o aumento da produtividade agrícola, por meio de incentivos, como descontos nas tarifas de energia elétrica de atividades de irrigação. Pela proposta, também deverá ser criado o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação.

A agricultura irrigada merece especial atenção no projeto,

visto que 46% do consumo de água verificado no país decorre dessa atividade, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA). A adoção de sistemas de irrigação mal projetados ou mal operados pode gerar impactos ambientais, com desperdício de água e salinização do solo, tornando-o inapropriado para a atividade agrícola.

ELEIÇÕES PRIMÁRIAS DE CANDIDATO À PRESIDÊNCIA

Os partidos políticos poderão, em breve, realizar eleições primárias para definir os candidatos à Presidência da República. O Senado aprovou o PLS 156/11, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que retira das cúpulas partidárias a decisão de quem será o candidato. A proposta vai à análise da Câmara dos Deputados.

Pelo texto, os pré-candidatos poderão fazer campanha entre o dia 1º de abril e o primeiro domingo de junho do ano da eleição, prazo em que devem ser escolhidos na convenção do partido.

PLANOS DE CARREIRA DA CÂMARA E DO SENADO

O Plenário aprovou projeto que altera o plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados (PLC 130/12), a ser encaminhado à sanção presidencial. As alterações terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2013 e os impactos serão distribuídos nos dois anos subsequentes.

Também foi aprovado o PLS 326/12, que confirma a concessão de aumento de 15,8% aos servidores do Senado, a ser escalonado nos próximos três anos. A proposta retornará à Câmara.

ROLLEMBERG COMEMORA RECURSOS PARA DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) comemorou a divulgação, pelo Ministério da Integração Nacional, da nova programação orçamentária do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Ele vê benefícios para o Distrito Federal e a região do Entorno, explicando que as regras anteriores não permitiam usar a integralidade dos

recursos porque havia limite em ações de comércio e serviços. Rollemberg chegou a apresentar projeto para alterar as limitações, mas uma medida provisória deu aos conselhos de desenvolvimento regional o papel de definir o percentual de investimento. Para ele, isso vai promover o dinamismo em serviços, comércio e turismo.

Gurgacz afirma que desenvolvimento precisa privilegiar o ser humano



Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o Brasil precisa de um modelo de desenvolvimento que privilegie o ser humano, e não só a preservação ambiental. Ele explicou que Rondônia

tem perdido contribuições sociais e repasses federais porque mais de 80% do estado está na Amazônia Legal, com florestas e reservas indígenas, o que cria restrições para produzir. Ele lembrou que Rondônia ocupa o 14º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

Raupp diz que o Brasil tem que investir mais para modernizar portos e ferrovias



Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a má infraestrutura de transportes é um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento. Ele chamou a atenção para a necessidade de mais

investimentos e modernização do setor. Raupp comemorou o lançamento recente de investimentos federais de mais de R\$ 50 bilhões em portos. Outros R\$ 2,5 bilhões, disse, serão usados para obras de acessos hidroviários, rodoviários e ferroviários nos 18 principais portos.

Nascimento cobra novos mecanismos que estimulem investimento no Amazonas



Alfredo Nascimento (PR-AM) defendeu a criação de mecanismos que levem as empresas do polo industrial de Manaus a reaplicar parte dos lucros no Amazonas. Manaus ocupa a

sexta posição entre os municípios com o maior PIB, atingindo R\$ 48,5 bilhões em 2010. Ele observou que os resultados concentram-se na capital, gerando disparidades em relação ao interior. Por isso, defendeu novos polos de incentivo à piscicultura e aos bionegócios.

Inácio exalta inauguração em Fortaleza do primeiro estádio para a Copa de 2014



Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou a entrega, no domingo, do primeiro estádio da Copa de 2014: o Castelão, em Fortaleza. Elogiou a arquibancada, que comporta 65 mil

torcedores e prevê espaço para pessoas com deficiência, e mencionou a construção de duas torres de energia eólica.

— É um trabalho conjugado na busca de que o esporte possa contribuir, intensamente, do ponto de vista econômico e também do ponto de vista social.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto de Jayme Campos prevê o pagamento de auxílio mensal de R\$ 622 e treinamento profissional para vítimas de violência doméstica

Aprovada criação do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei do senador Jayme Campos (DEM-MT) criando o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA). As beneficiárias serão mulheres que, em razão da violência doméstica, se separaram de seus maridos ou companheiros.

Pela proposta (PLS 109/12), o FNAMA deverá financiar um auxílio mensal igual ou superior a R\$ 622. A ajuda deverá ser concedida por 12 meses e o valor, reajustado anualmente. O fundo também deverá viabilizar a oferta de treinamento profissional, para facilitar a recolocação das vítimas no mercado de trabalho.

Projeto acaba com aplicação mínima em caderneta de poupança

Os bancos poderão ser impedidos de exigir um valor mínimo para depósito ou retirada de aplicações em caderneta de poupança. Projeto com esse objetivo, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos sob o argumento de que essa é a opção de investimento mais simples e acessível ao poupador de baixa renda.

As ponderações do autor acabaram convencendo o relator, José Agripino (DEM-RN). Aprovado em caráter terminativo, o PLS 315/12 não precisa passar pelo Plenário e deve seguir direto à Câmara.



Senadores Randolfe, Renan, Luiz Henrique, Pimentel e Anibal na CAE, que aprovou o projeto a ser analisado pela Câmara

A composição do fundo contará com 10% da arrecadação anual de multas penais, doações de pessoas físicas e jurídicas dedutíveis do Imposto de Renda, contribuições governamentais e de organismos internacionais e rendimentos de aplicações dos recursos no mercado financeiro.

Guarda de bens em cofre bancário será regulada por contrato

Regulamentação específica para a guarda de valores e objetos em cofres bancários foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O ponto de partida desse tipo de prestação de serviço, segundo prevê o projeto de lei (PLS 627/11) do senador Humberto Costa (PT-PE), será a assinatura de um contrato de locação entre cliente e banco. A relação de todos os valores e objetos guardados no cofre deverá vir anexada ao contrato. O projeto exige ainda a realização, pelos contratantes, de uma avaliação monetária dos bens de valor não calculável. A matéria vai para a Câmara.

Em voto favorável, a relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou o impacto social do FNAMA. Observou que grande parte das vítimas da violência doméstica são mulheres pobres que não podem denunciar os agressores, porque dependem economicamente deles.

Aprovado empréstimo de US\$ 600 milhões do BID para a Bahia

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou uma operação de crédito externo no valor de US\$ 600 milhões entre a Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pedido de Walter Pinheiro (PT-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA), a proposta foi votada e aprovada em regime de urgência pelo Plenário. O empréstimo terá aval da União e financiará, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (Proconfis II). O relator, senador Anibal Diniz (PT-AC), deu parecer favorável à operação.

Para Vanessa, a ajuda financeira e o treinamento irão significar uma oportunidade para que essas mulheres reconstruam a vida.

Como recebeu decisão terminativa, a matéria não precisa passar pelo Plenário e deverá seguir para a Câmara dos Deputados.

Avança criação de subsidiária da Embrapa para área comercial

Aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o PLS 222/08, que cria uma subsidiária da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Embrapa Tecnologias (Embrapatec), uma sociedade por ações de capital fechado. A Embrapatec comercializará tecnologias, produtos e serviços da Embrapa e explorará o uso de marcas e direitos decorrentes da propriedade intelectual com o propósito de aplicar parte dos recursos em pesquisa agrícola. O texto original é de Delcídio do Amaral (PT-MS).

Decisão sobre Plano Nacional de Educação fica para 2013

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou o exame do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que agora só deverá ser retomado no ano que vem.

A decisão ocorreu ontem, a pedido do relator, José Pimentel (PT-CE). Ele esclareceu que mais de 30 novas emendas foram recebidas desde o dia anterior. Por isso, vai necessitar de mais tempo para avaliar as sugestões.

O novo PNE (PLC 103/12) estava na pauta da semana passada, mas teve o exame transferido em razão de pedido de vista coletiva depois da leitura do relatório de Pimentel. Ele manteve a meta para a ampliação progressiva dos investimentos em educação até que sejam atingidos 10% do PIB.

Enviado pelo Executivo à Câmara em 2010, o projeto previa a ampliação até 7% do PIB. Os deputados aprovaram 10% do PIB, o que vale para o conjunto dos gastos da União, estados e municípios.

Mudar PNE é "questão de vida ou morte", afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o aperfeiçoamento do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado, é uma "questão de vida ou morte" para o futuro do país. Segundo ele, o texto em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos é meramente uma lista de metas e intenções, sem apontar os instrumentos necessários para garantir os avanços.

— Tenho grande preocupação de termos um segundo plano igualzinho ao primeiro e com os mesmos resultados: praticamente nenhum, por falta de instrumentos para cumprir as metas.



Waldemir Barral/Agência Senado

SENADO DEVERÁ CRIAR BANCO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS

O Senado deverá criar e manter banco de dados socioeconômicos de interesse federativo, a exemplo de endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, entre outros. É o que estabelece proposta

de Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovada ontem pela CAE. Segundo Renan, o banco de dados subsidiará o trabalho da Casa no exame das proposições com alcance federativo. A sugestão foi feita por meio da Indicação 1/12, que agora seguirá para exame em Plenário.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA PARA QUARTO TRIMESTRE PASSA NA CAE

A CAE também aprovou ontem a programação monetária elaborada pelo governo federal para o quarto trimestre de 2012. Em parecer favorável, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que a evolução de indicadores no terceiro trimestre fortalece as perspectivas de retomada da

atividade econômica pelo país. Conforme Jucá, a programação monetária revela a compatibilidade entre as taxas de expansão monetária projetadas e as perspectivas de crescimento real da economia, convergindo para a meta de inflação estabelecida de 4,5% para o IPCA.

Estatuto da Juventude deverá abranger faixa de 15 a 29 anos

O relator do projeto que institui o Estatuto da Juventude, Paulo Paim (PT-RS), decidiu definir entre 15 e 29 anos a faixa etária abrangida pela norma.

Paim ressaltou que esse é um dos pontos polêmicos do projeto e adotou a opinião da maioria dos participantes da audiência pública que discutiu o assunto ontem, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto

(PLC 98/11) está na CAS.

A definição é preliminar, ressaltou Paim, já que seu relatório será discutido entre os senadores e em audiências públicas com especialistas.

O projeto poderá receber sugestões e comentários por meio da página e-Cidadania (www12.senado.gov.br/ecidania), lembrou o presidente da CAS, senador Jayme Campos (DEM-MT). Os cidadãos também podem contribuir pelo Alô Senado (0800 612211).

Na avaliação de Ana Rita (PT-ES), a discussão do Estatuto da Juventude retoma outros temas, como o da violência. Ela reafirmou sua contrariedade à redução da maioridade penal.

O representante da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, Bruno Elias, disse ser o momento para fortalecer políticas públicas que garantam direitos aos jovens, e não para reduzir esses direitos, como seria o caso da redução da maioridade penal.

Para o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Luís Machado de Castro, o estatuto deve

incluir medidas para os presidiários, uma vez que a maioria do sistema carcerário brasileiro é composta por jovens.



Senadores Paim (2º à dir.) e Jayme (3º à dir.) na audiência pública sobre o estatuto

Gerardo Magela/Agência Senado

Projeto dá juros menores à agricultura sustentável

Proposta, que será enviada para a Câmara, prevê empréstimos subsidiados a agricultores familiares que preservem o meio ambiente; pequenos produtores respondem por 24% das terras cultivadas do país

O AGRICULTOR FAMILIAR que adotar práticas de conservação do meio ambiente poderá ter bônus e juros menores em financiamentos oferecidos pelo governo. O incentivo consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

De Ana Rita (PT-ES), o texto (PLS 396/11) prevê que as práticas sejam atestadas por órgão ambiental federal. Para fazer jus aos benefícios, o agricultor familiar deverá ser posseiro, proprietário, assentado de programa de reforma agrária, meeiro, parceiro ou arrendatário. Os recursos necessários para custear o benefício deverão estar previstos pelo Poder Executivo no Orçamento da União.

Para o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), o projeto combina o incentivo à adoção de boas práticas ambientais com o fortalecimento do

Fundo de apoio a agricultor atingido por seca passa em comissão

Agricultores familiares que perderam as lavouras devido a estiagem poderão contar com ajuda do governo se for transformado em lei projeto do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O texto cria um fundo com recursos orçamentários da União (PLS 202/12).

A proposta foi aprovada na Comissão de Agricultura e agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com o projeto, o Fundo Financeiro de Apoio aos Agricultores Familiares Atingidos pela Estiagem será administrado por um conselho gestor, composto por representantes da Casa Civil e dos Ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Planejamento. O relator ad hoc, Blairo Maggi (PR-MT) — substituindo Benedito de Lira (PP-AL) —, manifestou apoio.

Rastreamento de agrotóxico volta à análise de 3 comissões

Projeto que torna obrigatório código de barras na embalagem de agrotóxicos para permitir a rastreabilidade foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura. Com a medida, o poder público poderá monitorar da fase de fabricação até o retorno das embalagens. Por ter passado a tramitar conjuntamente com outro projeto, o substitutivo ao PLC 55/07 voltará à análise de outras três comissões.



O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz, e o vice-presidente, Waldemir Moka

Márcio Kallme/Agência Senado

financiamento público da agricultura familiar:

— De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, ou seja, 84,4% do total, ocupando 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (80,25 milhões de hectares) e com produção de cerca de 38% do valor total da produção dos estabelecimentos. Portanto, o segmento é muito importante para a agricultura brasileira.

Durante a votação do novo

Garantia-Safra pode ser estendido para o Centro-Oeste

Os agricultores familiares do Centro-Oeste que perderem as lavouras por seca ou por excesso de chuva poderão ter acesso aos recursos do Fundo Garantia-Safra. É o que prevê projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em votação final. A matéria vai para a Câmara.

O Garantia-Safra visa assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares afetados por eventos climáticos e atualmente cobre propriedades na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com o projeto (PLS 238/12), o autor, Antonio Russo (PR-MS), estende o benefício à área da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). O relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), deu voto favorável.

Código Florestal (Lei 12.651/12) no Congresso, a importância dos agricultores familiares também foi observada. Tanto deputados como senadores foram favoráveis à flexibilização das regras de recomposição de áreas preservadas para desmatamentos irregulares ocorridos nas pequenas propriedades.

Os parlamentares também apoiaram, na ocasião, medidas para facilitar a regularização das unidades familiares de produção e para valorizar o esforço das pequenas propriedades na preservação da biodiversidade.

Texto prevê perdão de dívida de produtores rurais do Nordeste

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem o projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que prevê perdão de dívidas de até R\$ 35 mil de agricultores familiares da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) contraídas até 2001. O texto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo projeto (PLS 688/11), serão beneficiados os minis, os pequenos e os médios agricultores, as cooperativas ou associações deles. Com a medida, ficam suspensas as execuções judiciais.

O texto prevê a renegociação de dívidas contraídas a partir de 2002, também para produtores da área da Sudene.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), ressaltou a repetição de secas e enchentes no Nordeste nos últimos 20 anos.

Ministros deverão debater política de resíduos sólidos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem requerimentos para realização de duas audiências públicas. Os ministros Aguinaldo Ribeiro, das Cidades, e Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, serão convidados para debater a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Dnit, Adão Magnus Proença, deverá ser ouvido sobre hidrovias.

Isenção para reflorestamento de propriedade rural familiar

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto de incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas que aplicarem recursos em projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar.

De acordo com a proposta (PLS 249/11), de Luiz Henrique (PMDB-SC), as deduções da pessoa física se limitam a 6% do imposto devido e as de pessoa jurídica, a 4%. Os valores apurados não podem ser deduzidos para cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

O contrato entre o dono do

imóvel e o declarante do Imposto de Renda deverá exigir a apresentação, por parte do responsável pela assistência técnica, do projeto detalhado de florestamento ou reflorestamento do imóvel.

O relator, Jorge Viana (PT-AC), acrescentou duas emendas. A primeira prevê a obrigatoriedade do uso apenas de espécies nativas, ou de nativas intercaladas com exóticas. A segunda pretende garantir que os projetos sejam fiscalizados e acompanhados pelo poder público. O PLS 249/11 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.



Projeto aprovado pela CMA concede dedução no Imposto de Renda devido

Comissão aprova incentivo para recuperação florestal

Proposta que amplia os incentivos do governo federal à recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais na agricultura familiar, especialmente em assentamentos rurais e áreas quilombolas e indígenas, foi aprovada pela CRA.

Atualmente, o Pronaf já oferece linhas de crédito com

esse objetivo. Pelo PLC 99/12, outras fontes de financiamento serão mobilizadas, com abertura de linhas derivadas dos Fundos Nacionais de Mudanças do Clima, da Amazônia, do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Florestal.

O projeto vai agora à CMA, onde será votado em decisão terminativa.

Proposta trata de valor de terra desapropriada

Projeto de Pedro Taques (PDT-MT) para tornar mais clara a lei que trata de indenização a quem tiver terra desapropriada por utilidade pública ou interesse social foi aprovado pela Comissão de Agricultura e vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Quando houver divergência entre o valor ofertado em juízo para a terra desapropriada e o valor fixado na sentença, deverão ser pagos juros de 12% ao ano sobre 80% dessa diferença de valores.

Licenciamento pode ter que prever impacto de mudança climática

O licenciamento ambiental de obras de infraestrutura deverá levar em consideração a vulnerabilidade do empreendimento à mudança do clima, segundo outro projeto aprovado pela CRA. O objetivo é minimizar problemas futuros.

O texto é um substitutivo, aprovado anteriormente na CMA, ao PLS 32/08, apresentado pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que funcionou entre 2007 e 2008. Na CRA, o relator foi Sérgio Souza (PMDB-PR).

Código Florestal foi destaque na CMA, diz Rollemberg

Na última reunião do ano da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da comissão, fez um balanço do biênio. Destacou, entre as quase 500 matérias analisadas, o Código Florestal, a determinação para que as agências reguladoras sejam submetidas a auditoria do TCU e projeto que agiliza correções de informações sobre os consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.